

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.640 - SP  
(2018/0227354-5)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA**  
**ADVOGADO : MAURO CAMPOS DE SIQUEIRA - SP094639**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto pela União Federal contra a decisão que, em via de embargos de declaração, declarou nula a decisão na qual foi deferida a citação da executada concomitantemente com a penhora dos bens averbados monitoriamente nos termos do art. 615-A do CPC e os atos dela derivados, excepcionando a citação da devedora, bem como devolvendo o prazo de 5 dias para que a executada pagasse a dívida indicada na Certidão de Dívida Ativa objeto daquela execução fiscal. No Tribunal *a quo*, deu-se provimento ao recurso.

II - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (no sentido de que não há incompatibilidade da Lei n. 8.212/91 com a LEF), consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (no sentido de que há a possibilidade de medidas por parte do magistrado baseada no poder geral de cautela) e Súmula n. 7/STJ. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

III - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

IV - No caso em que foi aplicado a consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

V - Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

